ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 3 DE ABRIL DE 2024.

PRESIDENTE: VEREADOR CARLOS MUNIZ

1º SECRETÁRIO: VEREADOR ISNARD ARAÚJO

2º SECRETÁRIO: VEREADOR ARNANDO LESSA (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ARNANDO LESSA, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CAROLINO, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, HÉLIO FERREIRA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, JULIO SANTOS, KIKI BISPO, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RANDERSON LEAL, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA, estando licenciada a vereadora IREUDA SILVA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 30/24 do Gabinete do Prefeito solicitando a retirada do Projeto de Lei n. 61/24, encaminhado através da Mensagem n. 6/24; Mensagem n. 7/24 do Executivo Municipal encaminhando o Projeto de Lei Complementar n. 1/24; e Requerimento de licença de vereadora. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente determinou a retirada do Projeto de Lei n. 59/24 da pauta de votação desta Sessão. Em seguida, o senhor presidente informou que o Projeto de

Lei n. 61/24 seria substituído por um Projeto de Lei Complementar, o qual chegaria em instantes e seria apreciado ainda nesta Sessão. Nos **Registros**, o vereador Carolino agradeceu ao senhor presidente pelo reconhecimento que ele lhe fizera como vereador atuante pela Boca do Rio, relativamente à nova arena esportiva a ser erguida nesse bairro. Comentou sobre o Projeto de Lei dos agentes de trânsito, enaltecendo o trabalho desses profissionais. Foi votada e aprovada a licença da vereadora Ireuda Silva (1º a 3 de abril). O vereador Augusto Vasconcelos lamentou o tratamento dado pela Prefeitura às proposições a serem apreciadas num ano eleitoral. Apontou a falta de tempo para diálogo sobre matérias importantes. Pediu reflexão sobre o que era o serviço público municipal, para que se valorizassem os servidores, aos quais declarou apoio. O vereador Leandro Guerrilha lembrou referência que fizera às mães de autistas e relatou o caso de uma mãe agredida quando defendia o seu filho autista no transporte público. Elogiou o Projeto, a ser votado nesta Sessão, do programa Dinheiro Direto nas Escolas. O vereador Orlando Palhinha parabenizou o prefeito Bruno Reis por um novo retorno viário na região entre Paripe, Periperi, Praia Grande e Escada. Explicou a sua antiga luta por essa demanda e repudiou a atitude de uma liderança que, outrora opositora do prefeito, migrara para o seu grupo e se colocara, num vídeo, como responsável por essa obra. Defendeu a política feita com lisura e enalteceu o modo como o senhor presidente Carlos Muniz atuava. O vereador Cláudio Tinoco destacou o papel da Casa em cuidar bem dos direitos dos servidores do Executivo e do Legislativo municipais. Também destacou a inauguração de estações do BRT, sobre cujas instalações e equipamentos expôs. O vereador Joceval Rodrigues comentou sobre as variadas vertentes de atuação dos servidores municipais, cuja valorização defendeu. Afirmou a isonomia como base para a remuneração dos servidores e disse que isso era buscado em uma Emenda ao Projeto de reajuste dos seus vencimentos, o qual seria apreciado nesta Sessão. O vereador Tiago Ferreira discordou do modo como se tratavam os servidores no Projeto a ser votado, defendendo que cada categoria fosse apreciada

de maneira própria. Destacou os agentes de saúde. O senhor presidente informou a chegada de Ofício do Executivo e determinou a sua leitura pelo 1º secretário, vereador Isnard Araújo, o qual procedeu à leitura do Ofício, no qual se pedia a retirada do Projeto de Lei n. 61/24. A tal retirada se seguiria o recebimento de nova Mensagem encaminhando Projeto de Lei Complementar, conforme fora explicado pelo senhor presidente. O vereador Anderson Ninho comentou sobre o Dia de Conscientização sobre o Autismo, no dia anterior. Pediu a apreciação de três Projetos seus: um sobre centro de tratamento do espectro autista; outro sobre isenção de IPTU para pessoas autistas; e mais outro para diagnóstico sobre o espectro autista. O senhor presidente consultou as Lideranças sobre a inversão da pauta para a votação imediata da Ordem do Dia, o que foi aceito sob a condição, por parte da Oposição, de se retomarem os Registros ao final. Adentrando-se a **Ordem do Dia**, foi inicialmente discutido, votado e aprovado, até a Redação Final, o Projeto de Lei n. 48/24, do programa Dinheiro Direto nas Escolas. Declararam voto as vereadoras: Marta Rodrigues (a favor, porém pedindo o aperfeiçoamento do Conselho Escolar); e Laina Crisóstomo (a favor, porém criticando a inserção, no Projeto, de matérias alheias ao seu conteúdo original). O senhor presidente, antes de adentrar o Projeto seguinte, explicou alteração nele, a pedido da Prefeitura, para, corrigindo-se um erro, fazer-se com que os recursos nele previstos fossem remetidos ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e não, ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Dito isso, foi apreciado o Projeto de Lei n. 55/24, para a criação de serviço de apoio psicológico pós-Pandemia de Covid-19. Não havendo Parecer, subiu à Tribuna, para emitir Parecer conjunto pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Finanças e Orçamento, e de Saúde, o vereador Paulo Magalhães Júnior, presidente da CCJ, cujo Parecer foi favorável. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Por fim, após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 55/24 foi aprovado até a Redação Final. Na sequência, foi apreciado o Projeto de Lei n. 51/24, de empréstimo junto ao Banco Internacional

para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Em discussão, a vereadora Marta Rodrigues observou que este era o quinto empréstimo desse tipo a ser contratado pelo prefeito e que ele era estabelecido em dólar. Informou o seu Voto em separado, contrário ao empréstimo, e apontou a ausência de Parecer exigido pela Lei Complementar federal n. 101/2000. Disse que as receitas municipais eram dadas como garantia ao empréstimo. A vereadora Laina Crisóstomo criticou as contratações de empréstimo, observando que a secretária da Fazenda sempre dizia que as finanças municipais estavam bem. Indagou sobre o destino de outros recursos e apontou a ausência de estudo de impactos financeiros. Afirmou que recursos públicos eram tratados sem responsabilidade. Apontou a inobservância de prazo relativo a ano eleitoral e a criação de cargos comissionados na Casa Civil. O vereador Augusto Vasconcelos também criticou ser este o quinto empréstimo da gestão. Analisou os impactos da nova dívida nas finanças e também lembrou as declarações da secretária da Fazenda. Observou os baixos índices sociais da Cidade, bem como os baixos vencimentos de muitos agentes municipais, e exigiu transparência nas ações da Prefeitura. Declarou o seu voto contrário. O vereador Cláudio Tinoco lembrou outros empréstimos aprovados na Casa, os quais permitiram ações importantes já realizadas. Mencionou alguma dessas ações, como a requalificação da Avenida Sete e as intervenções no Mané Dendê. Afirmou que os votos contrários ao Projeto seriam contra os mais vulneráveis da Cidade. Observou que o governador do Estado, em apenas um ano e três meses de mandato, já contraíra sete empréstimos. Declarou que o BIRD era uma instituição séria, que exigia idoneidade quanto ao processamento e à destinação do empréstimo. Finda a discussão, o Projeto de Lei n. 51/24 foi votado e aprovado, contra os votos dos vereadores da Oposição e do vereador Joceval Rodrigues. Em seguida, foi discutido, votado e aprovado, até a Redação Final, o Projeto de Lei n. 56/24. Na sequência, foi apreciado o Projeto de Lei n. 60/24, de reajuste dos vencimentos dos servidores municipais. Não havendo Parecer, subiu à Tribuna, para emitir Parecer conjunto pela CCJ e pela Comissão de Finanças, o vereador

Paulo Magalhães Júnior, presidente da CCJ, cujo Parecer foi favorável ao Projeto e às Emendas n.s 1 e 2, e pela rejeição das Emendas n.s 3, 4 e 5. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado, contra o voto da vereadora Marta Rodrigues na CCJ e na Comissão de Finanças (apenas quanto à rejeição das Emendas). Submetido ao Plenário, o Parecer foi também aprovado. Por fim, após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 60/24 foi aprovado, com suas Emendas, até a Redação Final. Declararam voto os vereadores: Marta Rodrigues (a favor, mas defendendo as Emendas rejeitadas e um reajuste de 8% para todos os servidores, e apontando perdas remuneratórias da categoria); Sílvio Humberto (a favor, mas apontando incongruência no valor de abono); Laina Crisóstomo (a favor, explicando que as críticas da Oposição eram criteriosas e não, gratuitas, e defendendo as Emendas rejeitadas); e Augusto Vasconcelos (a favor, enaltecendo os servidores e considerando insuficiente o índice de reajuste, apesar de considerar necessário o que fora aprovado). O senhor presidente saudou a presença do ex-vereador Silvoney Sales. Em seguida, agradeceu à Diretoria Legislativa (Direl) por apontar equívoco no Projeto de Lei n. 61/24, dos agentes de trânsito, problema sanado com a substituição desse Projeto por um Projeto de Lei Complementar, espécie legislativa correta para a matéria. Na sequência, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar n. 1/24, sobre a carreira dos agentes de trânsito. Não havendo Parecer, subiu à Tribuna, para emitir Parecer conjunto pela CCJ e pela Comissão de Finanças, o vereador Paulo Magalhães Júnior, presidente da CCJ, cujo Parecer foi favorável ao Projeto e à Emenda n. 1, e pela rejeição da Emenda n. 2. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado, contra o voto da vereadora Marta Rodrigues na CCJ e na Comissão de Finanças (apenas quanto à rejeição da Emenda). Submetido ao Plenário, o Parecer foi também aprovado. Por fim, após discutido e votado, o Projeto de Lei Complementar n. 1/24 foi aprovado, com sua Emenda, até a Redação Final. Declararam voto os vereadores: Marta Rodrigues (a favor, mas criticando a forma açodada imposta ao andamento do Projeto, apontando distorções e defendendo a Emenda rejeitada)

e Augusto Vasconcelos (a favor, mas defendendo a Emenda rejeitada e aprontando avanços ainda necessários para os agentes). Em seguida, após receberem Pareceres emitidos em Plenário, foram discutidas, votadas e aprovadas, até a Redação Final, as seguintes Proposições: Projeto de Lei n. 53/24; Projetos de Resolução n.s 25/24, 30/24 e 31/24; e Projeto de Indicação n. 39/24. Prosseguindo-se, foram também discutidas, votadas e aprovadas, até a Redação Final, as seguintes Proposições: Projetos de Resolução n.s 156/23, 161/23, 8/24, 9/24, 10/24, 11/24, 12/24, 13/24, 14/24, 15/24, 16/24, 17/24, 18/24 e 19/24; e Projetos de Indicação n.s 1/24, 2/24, 11/24, 12/24, 14/24, 33/23, 55/23, 63/23, 71/23, 72/23, 75/23, 88/23, 89/23, 91/23, 92/23, 103/23, 106/23, 107/23, 110/23, 165/23, 167/23, 180/23 e 204/23. Foram também discutidas, votadas e aprovadas as seguintes Proposições: Moções n.s 47/24, 48/24, 49/24, 50/24, 51/24, 52/24, 53/24, 54/24, 55/24, 56/24, 57/24, 58/24, 61/24, 62/24, 63/24, 64/24, 65/24, 66/24, 67/24, 68/24, 69/24, 70/24, 71/24 e 72/24; e Requerimentos n.s 81/24, 82/24, 83/24, 84/24, 85/24, 86/24, 87/24, 88/24, 89/24, 90/24, 91/24, 92/24 e 93/24. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para a próxima segunda-feira, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO